

**ILUSTRÍSSIMA PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, SRA. VERA LÚCIA DE CARVALHO
ROSA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2015

TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF nº 00.604.122/0001-97, com sede à Rua Machado de Assis, nº 904, centro, na cidade de Uberlândia-MG, vem, por seu Procurador abaixo assinado, não se conformando com parte do Edital em epígrafe, oferecer sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

I. DOS FATOS

A Impugnante é empresa prestadora de serviços de gerenciamento de redes, atuando com forte destaque em âmbito nacional em cartões alimentação, refeição, gestão de frota, convênios e manutenção veicular, fazendo sempre uso de sua marca Valecard, muito conhecida no meio em que atua.

Assim, deseja participar do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto é a “contratação de empresa especializada em gerenciamento de abastecimentos de combustíveis (etanol, gasolina e diesel) e manutenções diversas (preventiva e corretiva) para atender a frota oficial da UNIFAL-MG (motocicletas, automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, embarcações, máquinas e equipamentos), com utilização de cartões eletrônicos com chip, através de sistema integrado e informatizado, em tempo real permitindo a transmissão de dados da movimentação diária por software via internet, devendo estar inclusos todos e quaisquer custos, de qualquer natureza, conforme descrição detalhada neste Edital e seus anexos”.



Ocorre que, ao analisar o edital do certame verificou-se a existência de cláusula restritiva relativa à exigência da tecnologia de cartão magnético com chip.

Todavia, como passaremos a demonstrar, tais determinações ferem de morte as disposições da Constituição Federal e da Lei Geral de Licitações, mormente os princípios da legalidade e competitividade.

Como tal proceder, acaso efetivamente verificado, constitui grave ilegalidade (Lei nº 8.666/93, art. 3º c/c art. 37, XX da CF/88), busca esta impugnação a apuração do ocorrido e a consequente retificação do edital.

II. DO DIREITO

II.1 DO OBJETO LICITADO. DAS ESPECIFICIDADES DO PRODUTO. DA AFRONTA AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE

Consta do Anexo I do instrumento convocatório:

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em gerenciamento de abastecimentos de combustíveis (etanol, gasolina e diesel) e manutenções diversas (preventiva e corretiva) para atender a frota oficial da UNIFAL-MG (motocicletas, automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, embarcações, máquinas e equipamentos), com utilização de cartões eletrônicos com chip, através de sistema integrado e informatizado, em tempo real permitindo a transmissão de dados da movimentação diária por software via internet

O produto licitado nos moldes perpetrados indica restrição à participação de dezenas de empresas aptas a prestarem o serviço, tendo em vista que apenas poucas empresas têm condições de participar da concorrência, atendendo a todos os seus termos.

Vale enfatizar que são diversas as empresas atuantes no mercado de gestão frota, porém, a esmagadora maioria opera através do cartão magnético com tarja, de modo que apenas uma ou duas empresas possuem a particularidade exigida pelo Edital, qual seja, o cartão com chip de segurança.

Trata-se, pois de condição absolutamente ilegal, pois consoante já dito, esta exigência direciona a licitação somente a uma, no máximo duas empresas do ramo, quando, se sabe existem inúmeras outras empresas nacionalmente conhecidas, que poderiam e efetivamente podem atender de maneira satisfatória às necessidades da Administração no que concerne ao fornecimento dos cartões alimentação.

Ademais, deve ser ressaltado que o objeto constante do instrumento convocatório é plenamente realizado através do cartão magnético com tarja, protegido por senha de segurança individual e intransferível, o que sempre foi suficiente em termos de segurança do sistema.

Com o cartão de tarja magnética, é possível criptografar as informações codificando-as para uma pesquisa em um banco de dados seguro, onde é possível controlar em tempo real as transações, validando-as após passar por diversas parametrizações sistêmicas.

Ressalta-se que nesta tecnologia (cartão com chip), as transações não são ON-LINE. Sendo assim, se o usuário vier a perder o cartão, não conseguirá efetuar compras até que receba a segunda via o que pode levar até 10 (dez) dias.

Ao serem permitidas transações off-line perde-se totalmente a segurança da autenticação do banco, tornando-se, o cartão, neste momento, vulnerável a fraudes e a transações sem qualquer validação.

Já no caso dos cartões magnéticos, o grande segredo de investimentos são os bancos de dados que previnem as transações que sempre são realizadas online. Desta maneira o sistema é muito mais seguro!

Por outro lado, em se tratando de cartão com tarja magnética, caso o sistema encontre-se “fora do ar”, existem alternativas (contingências) que viabilizam as transações, quais sejam, serviço de call center 0800 24 horas por dia, sete dias por semana; Internet 24 horas por dia, sete dias por semana e SAC personalizado. Ou seja, os usuários não ficam, em nenhuma circunstância, impedidos de efetuar as transações.

Vale ainda esclarecer a forma de prestação do serviço pela tecnologia do cartão magnético, a qual se dá da seguinte forma:

- todos os usuários são cadastrados no sistema e cada um recebe uma senha pessoal e intransferível;
- no momento da compra, o usuário passa o cartão alimentação e o sistema automaticamente irá solicitar que este valide a transação com a sua senha pessoal;
- simultaneamente, o Gestor do Contrato consegue visualizar no sistema quem efetuou a compra, em qual estabelecimento, qual o valor da transação e demais informações.

Ou seja, a tecnologia do cartão magnético é deveras segura e eficaz.

Neste sentido ainda, em recente decisão, o Tribunal de Contas da União entendeu que a mera alegação de maior segurança dos cartões com chip não é suficiente para embasar sua exigência em processo licitatório:

(...) nas contratações de empresa especializada para o gerenciamento de cartões de vale alimentação e ou refeição, a exigência de chip de segurança deverá ser devidamente justificada na fase de planejamento da contratação, uma vez que o aumento da segurança não se mostrou argumento suficiente para legitimar a restrição à competitividade dela decorrente, pois eventuais prejuízos advindos de fraude ou clonagem dos cartões utilizados na execução do contrato devem ser suportados pela prestadora do serviço, a quem compete os riscos da atividade empresarial. (ACÓRDÃO Nº **5826/2014** - TCU - 1ª Câmara)

Esta empresa recorreu ao Tribunal de Contas da União em outra oportunidade, informando da restrição no PE/13/2013, promovido pelo Supremo Tribunal Federal, caracterizada pela exigências de cartões apenas com chip, ao passo que assim se manifestou o Tribunal:

Processo TC-006.034/2013-6 (REPRESENTAÇÃO)

- 1.1. Representante: Trivale Administração Ltda.(CNPJ:00.604.122/0001-97)
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal (STF)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Advogado constituído nos autos: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870)
1.7. Recomendar à Secretaria de Administração e Finanças do Supremo Tribunal Federal que reavalie a exigência de utilização de cartão magnético com chip para a contratação de empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado do abastecimento dos veículos oficiais do STF em rede de postos credenciados, tendo em vista, concretamente, o resultado frustrado do Pregão 13/2013.

Em outro certame, com objeto semelhante, o TCU assim determinou:

ACÓRDÃO Nº **44/2014** - TCU - Plenário

"1.7. Dar ciência à Administração Regional do Senac no Distrito Federal sobre as seguintes impropriedades:

1.7.1) a opção por cartões magnéticos somente com tecnologia de chip, bem assim o estabelecimento dos quantitativos mínimos de estabelecimentos comerciais credenciados, em licitações envolvendo o fornecimento de vale-alimentação e/ou vale-refeição, devem estar em consonância com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, além de claramente definidos e fundamentados no processo licitatório, devendo tais critérios serem oriundos de levantamentos estatísticos, parâmetros e de estudos previamente realizados, a exemplo do decidido pelo Tribunal nos Acórdãos 2.367/2011, 1.071/2009 e 2.802/2013, todos do Plenário;"

Sobre o tema já se manifestou o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o qual **vem reconhecendo a ilegalidade da exigência dos cartões somente com a tecnologia de chip** (jurisprudências em anexo):

"Observo que, diante da expressa concordância com os termos das representações no que diz respeito à impossibilidade de exigência de que os cartões a serem fornecidos possuam, obrigatoriamente, a tecnologia do "chip" de segurança, a matéria restou incontroversa, ensejando a procedência das Representações nesse particular aspecto.

Não poderia ser diferente.

Como destaquei por ocasião do exame preliminar das Representações, a fundamentar a determinação de paralisação do Certame, **este Tribunal, nas várias oportunidades de enfrentar situações análogas, tem firmado posição no sentido da inadequação do estabelecimento, no edital, de exigência de tecnologia com "chip", com exclusão da possibilidade de aceitação de cartões com "tarja magnética", por força do seu potencial restritivo que representa para a disputa**, a exemplo dos julgamentos proferidos nos processos nº. 2222.989.13-9, nº. 2226.989.13-5 e nº. 2235.989.13-4, sob relatoria do eminente Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo e, bem assim, nos processos 926.989.14-6 e 1258.989.14-4 e 1263.989.14-7, relatados, respectivamente, pelo Conselheiro Renato Martins Costa e pelo Substituto de Conselheiro Samy Wurman. (...)” (Pleno, Processos 1916.989.14-8, 2037.989.14-2 e 2047.989.14-0)

“(…) No que diz respeito à exigência de cartão magnético com chip de segurança contra clonagens e fraudes, a minguada de justificativas técnicas hábeis em alicerçar o requisito e demonstrar viabilidade de disputa de mercado, com Assessoria Técnica e Ministério Público igualmente reputa-a restritiva, na medida em que existem no mercado empresas que trabalham com tarja magnética e senha, tecnologia utilizada ainda por grande número de estabelecimentos. (Pleno, sessão de 24.07.2013. TCs 001003.989.13-4; 001062.989.13-2; e 001014.989.13-1. Rel. Substituto de Conselheiro Antônio Carlos dos Santos.)”

“(…) Portanto, considerando a possibilidade de ampliação da competitividade e sem afronta a qualquer dos demais princípios licitatórios retro mencionados, deve a Administração possibilitar o fornecimento do vale alimentação em ambas as tecnologias disponíveis no mercado, seja a de cartão com tarja magnética ou a de cartão com chip de segurança.” TC-2222.989.13-9 TC-2226.989.13-5 TC-2235.989.13-4

Ainda no mesmo sentido:

É vedada a indicação de marcas, salvo quando houver justificativa em função de critérios técnicos ou quando for indicativa da qualidade do material a ser adquirido, hipótese em que a descrição do item deverá ser acrescida de expressões como "ou similar", "ou equivalente", "ou de melhor qualidade". TCU - Acórdão 2401/2006 – Plenário

Desta forma, a manutenção do certame na forma apresentada fere de morte os princípios norteadores da licitação, mormente os princípios da igualdade e da competitividade.

O princípio da igualdade impõe à Administração o dever de elaborar regras claras, que assegurem aos participantes da licitação condições de absoluta equivalência durante a disputa, tanto entre si quanto perante o ente público, sendo intolerável qualquer espécie de favorecimento.

Exigências excessivas, por excluírem da competição empresas que poderiam perfeitamente executar o objeto contratado com a melhor proposta de preço, desequilibram o certame, maculam a isonomia entre os licitantes e prejudicam o interesse público.

Nesse sentido, cabe trazer à discussão o teor do artigo 3º, § 1º, inciso I, do da Lei 8.666/93:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Resta, pois, evidente a intenção do Legislador de coibir qualquer atitude por parte da Administração Pública que restrinja o caráter competitivo do processo licitatório. A Administração somente poderá fazer restrições estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, devendo, para tanto, ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação.

Acerca da aplicação do princípio da competitividade, já entendeu o Tribunal de Contas da União que:

Compromete o caráter competitivo do certame exigência de vantagem que o edital formule aos licitantes, em aparente benefício para a Administração, porém de modo a afastar concorrentes. (TCU, acórdão 240/96, 1ª Câmara, rel. Ministro HOMERO SANTOS). Grifos meus.

E é o que ocorre no presente caso, já que a Administração faz exigências excessivas para com o objeto licitado, impedindo a participação de inúmeras empresas.

Ora, a delimitação velada por meio de descrição tendenciosa e minuciosa dos requisitos exigíveis para o serviço licitado, afigura verdadeira afronta ao princípio da competitividade, posto que o serviço é plena, devida e excelentemente prestado, mesmo não contendo chip, ou seja, somente com os cartões eletrônicos.

Some-se a isso o fato de que o produto nos moldes licitados é oferecido por somente pouquíssimas empresas, num universo de dezenas que poderiam atender ao objeto do certame, conforme **já reconhecido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, nas jurisprudências ora anexadas à presente.

É certo que o objetivo da licitação é selecionar a maior gama de concorrentes possíveis de forma a obter proposta mais vantajosa para a Administração. Contudo, se há o direcionamento do certame, falece este objetivo, visto que somente as empresas aptas a atenderem todos os requisitos editalícios poderão participar, sendo assim, há comprometimento na disputa e, conseqüentemente, na busca pelo melhor preço.

O princípio da competitividade é, digamos assim, a essência da licitação, uma vez que o certame só pode ser promovido, se possível a competição. É uma questão lógica. Em outras palavras, onde há competição, a licitação não só é possível, como em tese, é obrigatória; onde ela não existe a licitação é impossível.

Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição.

No caso em tela existe sistema pertinente e compatível, oferecido por centenas de empresas. Porém, a Administração optou por sistema oferecido por uma ou duas empresas. Desta feita, destaca-se novamente, a exigência de cartões com chip se mostra desarrazoada e em dissonância com os dispositivos legais aplicados ao caso em tela, bem como com a jurisprudência correlata.



Neste sentido, requer que se determine a modificação do Edital para execrar de seu objeto a exigência de cartão somente com chip ou, como pedido alternativo, que seja possível a participação de empresas que fornecem o cartão com chip OU com tarja magnética, vencendo aquela que ofertar o menor/melhor preço, restabelecendo a competitividade do certame, hoje prejudicada.

III. DO PEDIDO

Pelo exposto e do mais que nos autos consta, espera e requer a Vossa Senhoria a PROCEDÊNCIA da presente impugnação para que seja modificado o Edital, execrando de seu objeto a exigência de utilização de cartão eletrônico somente com chip, ou, caso assim não entenda, que permita a participação de empresas que prestem o serviço com cartão com chip OU tarja magnética, vencendo aquela que ofertar o menor/melhor preço, restabelecendo a competitividade do certame, hoje prejudicada.

Requer, ainda, que todas as intimações, caso encaminhadas eletronicamente, sejam enviadas ao e-mail mercadopublico@cerizzedonadel.com.br com cópia para o e-mail licitacoes@valecard.com.br e, caso encaminhadas em meio físico, sejam direcionadas ao endereço Avenida Nicomedes Alves dos Santos, nº 1133, Bairro Altamira, Uberlândia – MG , CEP: 38.411-106.

Nestes termos, aguarda deferimento.

De Uberlândia-MG para Alfenas - MG, 04 de março de 2015.

Vanessa Ribeiro Santos
Trivale Administração Ltda.
Vanessa Ribeiro Santos
Coordenadora de Mercado Público



Tapuira Cartório de Paz e Notas

Praca Said Jorge n° 105 - Centro - CEP: 38.417-000 - Fone: (31) 3241-1111

Oficial - *José Roberto de Fátima Rangel*

Município e Comarca de Uberlândia - Minas Gerais



1º TRASLADO
LIVRO - 023
FOLHA - 077

PROCURAÇÃO bastante que faz(em): **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA à FERNANDO JOSÉ MORAIS FISCHER e OUTROS**, na forma abaixo declarada:

SAIBAM quantos este Público Instrumento de Procuração bastante, virem que ao(s) vinte e três dia(s) do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze (23/12/2014), perante mim, Escrevente Substituta, compareceu(ram) como outorgante(s): **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA**, com sede e foro neste município de Uberlândia - MG, à Rua Machado de Assis, n° 904, Bairro: Centro, CEP: 38.400-112, inscrita no CNPJ sob o n° 00.604.122/0001-97, com seu contrato de constituição datado de 01/05/1995, devidamente registrado na JUCEMG (Junta Comercial do Estado de Minas Gerais), em 11/04/1995, sob o NIRE: 3120465026-2, neste ato representada por seu sócio-administrador: **JOÃO BATISTA RODRIGUES**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade n° 295.891 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n° 350.113.606-44, residente e domiciliado neste município de Uberlândia - MG, à Avenida Uirapuru, n° 267, Bairro: Cidade Jardim, CEP: 38.412-166 (na forma da sua 25ª alteração contratual). Reconhecido(a,s) como sendo o(a,s) próprio(a,s) e identificado(a,s) por mim, Escrevente Substituta, face aos documentos de identidade apresentados, do que trato e dou fé. E por este público instrumento, e na melhor forma de direito, o(a,s) outorgante(s), disse(ram)-me que, constitui(em) e nomeia(m) como seu(u,a,s) bastante(s) procurador(a,es): **FERNANDO JOSÉ MORAIS FISCHER**, brasileiro, casado, Diretor de Mercado Público, portador da cédula de identidade n° 20.215.973-5 expedida por SSP/SP e CPF/MF n° 104.916.618-35, residente e domiciliado em Ribeirão Preto - SP, à Rua Orlando Palocci n° 56 Bairro City Ribeirão; **RENATO MARQUES DE SENA**, brasileiro, casado, Gerente de Mercado Público, portador da cédula de identidade n° MG 15.771.486 expedida por SSP/MG e CPF/MF 729.174.311-72, residente e domiciliado na cidade de Uberlândia - MG, à Rua Machado de Assis, n° 807, Centro; **VANESSA RIBEIRO SANTOS**, brasileira, solteira, Coordenadora de Mercado Público, portadora da cédula de identidade n° MG 17.177.144 expedida por DGPC/MG e CPF/MF 112.967.406-17, residente e domiciliada na cidade de Uberlândia - MG, à Av. Cesário Alvim n° 283 Centro; **RICARDO DE FALCO MARQUES**, brasileiro, casado, Gerente de Mercado Público, portador da cédula de identidade n° MG 10.893.243 expedida por SSP/MG e CPF/MF n° 055.062.776-60, residente e domiciliado na cidade de Uberlândia - MG, à Alameda Babaçu, n° 38, Bosque dos Buritis; a quem a outorgante, concede aos outorgados procuradores, poderes para participar de toda e qualquer licitação, poderes para solicitar edital, participarem do certame, assinar documentos de habilitação e propostas comerciais, formular ofertas e lances, negociar preços, declarar intenção de interpor recursos, assinar contratos e aditivos, apresentar representação (denúncia) no Tribunal de Contas do Estado em todo Território Nacional, ou Tribunal de Contas da União. Os outorgados poderão agir em conjunto ou separadamente independente da assinatura do outro. Procuração esta que terá validade até 31/12/2015 (trinta e um de dezembro de dois mil e quinze). Assim o disse(ram) do que lhe dou fé, digitei-lhe(s) este Instrumento que lhe sendo lido, achou(aram) em tudo e conforme aceita(m), outorga(m), e assina(m). Dispensadas as testemunhas nos termos da Lei n° 6.952 de 06/11/1981. Código do ato 8101, EMOL: R\$ 4,40, T.F.J.: 1,46, PECG: R\$ 0,26, TOTAL: R\$ 6,12 Código do ato 1437, EMOL: R\$ 15,03, T.F.J.: 5,02, PECG: R\$ 0,90, TOTAL: R\$ 20,95. Total Geral: R\$ 27,07. Eu, Leticia Resende Rangel Ramos, Escrevente Substituta, que a digitei subscrevo e assino. Tapuira - MG, 23 de Dezembro de 2014. a.a) **JOÃO BATISTA RODRIGUES** (representando **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA**). Nada mais, trasladada em seguida, do próprio original, do qual me reporto e dou fé. Eu, **Leticia Resende Rangel Ramos**, Escrevente Substituta que a digitei, subscrevo e assino. Em Teste da verdade.

Leticia Resende Rangel Ramos
Leticia Resende Rangel Ramos -
Escrevente Substituta -

José Roberto de Fátima Rangel
Escrivão de Paz e Notas

Distrito de Tapuira / Comarca de Uberlândia
Bel. Jefferson Rangel Ramos (Escrivão Substituto)
Leticia Resende Rangel Ramos (Escrivão Substituto)
Maycon Fagundes dos Santos (Escrivão Substituto)

Arquivado em
BRU 69440

CNC 12176

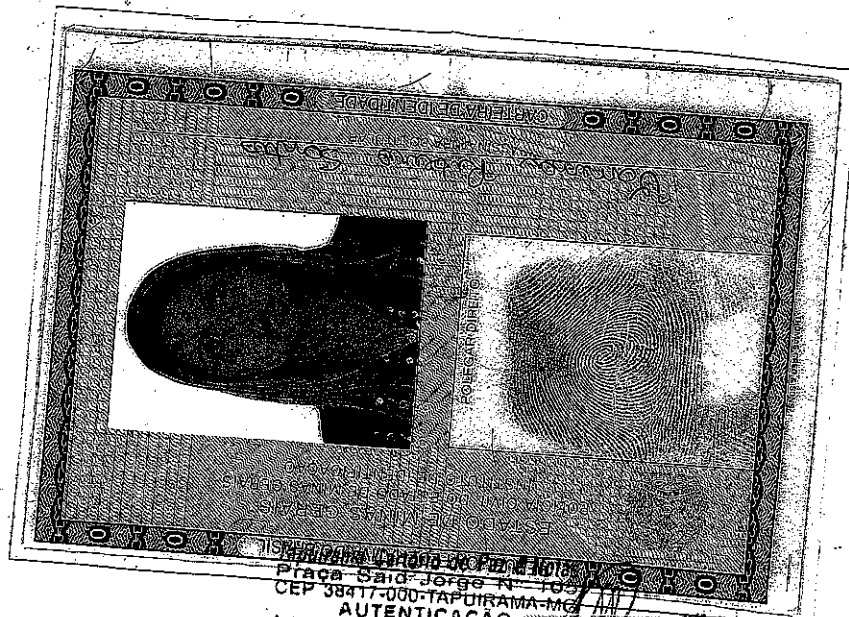


Tapuira Cartório de Paz e Notas
Praca Said Jorge n° 105
CEP 38417-000-TAPUIRA-MG
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado da que dou fé.

Tapuira 23 FEV. 2015

☐ José Roberto de Fátima Rangel
☐ Bel. Jefferson Rangel Ramos
☒ Leticia Resende Rangel Ramos
☐ Maycon Fagundes dos Santos





Placa São Jorge N° 105
CEP 38417-000-TAPUIRAMA-MG

AUTENTICAÇÃO

Autentico esta cópia reprográfica com o original a mim apresentado de que se trata

Tapui-
rama 23 FEV. 2015

- ☐ José Roberto de Fátima Ramos
- ☐ Escrivão Tabelião
- ☐ Bel. Jefferson Resende Ranger
- ☒ Letícia Resende Rangel Ramos

Cartão de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CJG 28852

REGISTRO CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SEÇÃO DE REGISTRO CIVIL - 1ª OFICINA

DATA DE EMISSÃO: 23/02/2015

NOME: VANESSA RIBEIRO SANTOS

PLACA: WILLIAM RIBEIRO DOS SANTOS

DEJANI APARECIDA SANTOS

NATURALIDADE: UBERLÂNDIA-MG

DATA DE NASCIMENTO: 06/1992

CPF: 112.367.426-1

UBERLÂNDIA-MG

LEITICIA ALESSANDRA MACHADO RÓGEDO

ASSISTENTE SOCIAL

CPF: 112.367.426-1



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da Rep
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas

JUCEMG

UD02 - MF UBERLANDIA

Ato: 002 - 25/11/2014 16:40



14/787.236-7

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

31204650262

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME:

TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP

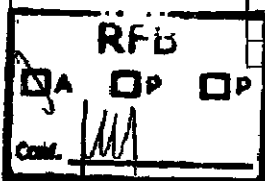


J143022830879

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002	-	-	ALTERACAO

2015 1 ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

2244 1 ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)



UBERLANDIA
Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: JOÃO BATISTA RODRIGUES

Assinatura: y

Telefone de Contato: (34)3235-3714

25 Novembro 2014

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Tapui-rama 26 FEV. 2015

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

☐ NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

25/11/2014

Data

Regina Santos Camilo

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Presidente

AN1315618

OBSERVAÇÕES

Documento aprovado conforme autorização da Dra Ligia Xeres. via telefone 25/11/2014

Prançoso

Reconheço por...	Assinatura	Nome
Firma(s) supra(s) de...	Assinatura	Nome
por pleno conhecimento, dou fe. Em	Assinatura	Nome
testemunho...	Assinatura	Nome
Tapui-rama...	Assinatura	Nome
José Roberto de Fátima Rangel (Escrivão de Paz e fe...	Assinatura	Nome
Letícia Resende Rangel (Oficial Substituto)	Assinatura	Nome
Marcelo Fagundes dos Santos (Escrivente Substituto)	Assinatura	Nome



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5417845 em 25/11/2014 da Empresa TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, Nire 31204650262 e protocolo 147872367 - 25/11/2014. Autenticação: 2A45BDD13D36D4854B682A5FA10C6DF3C9BD5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/787.236-7 e o código de segurança qEtb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/12

2
12

**25ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA**

TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA

CNPJ: 00.604.122/0001-97

NIRE: 3120465026-2

SÍNTESE:

I - ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

**II - INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.**

Por este Instrumento Particular de Alteração Contratual, as partes:

JOÃO BATISTA RODRIGUES, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade nº M-295.891 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 350.113.606-44, residente e domiciliado na Av. Uirapuru nº 267, Bairro Cidade Jardim, Uberlândia/MG, CEP: 38.412-166; e

VALEINVEST PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Machado de Assis, nº 904, sala Jatuba, Centro, Uberlândia - Minas Gerais, CEP 38.400-112, inscrita no CNPJ sob o nº 15.703.808/0001-02 e registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº 3130010061-8, neste ato representada por seus diretores, **Sr. JOÃO BATISTA RODRIGUES**, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade nº M-295.891 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 350.113.606-44, residente e domiciliado na Av. Uirapuru nº 267, Bairro Cidade Jardim, no município de Uberlândia/MG, CEP: 38.412-166 e **Sr. SIMÔNIO FREITA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº M-7.934.672, SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.991.726-98, residente e domiciliado na Rua Bento Gonçalves, 509, Bairro Nossa Senhora das Graças, Uberlândia/MG, CEP: 38.402-004;

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.604.122/0001-97, com sede na Rua Machado de Assis nº 904, sala Jatuba, Centro, Uberlândia - Minas Gerais, CEP 38.400-112, inscrita no CNPJ sob o nº 15.703.808/0001-02 e registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº 3130010061-8, neste ato representada por seus diretores, **Sr. JOÃO BATISTA RODRIGUES**, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade nº M-295.891 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 350.113.606-44, residente e domiciliado na Av. Uirapuru nº 267, Bairro Cidade Jardim, no município de Uberlândia/MG, CEP: 38.412-166 e **Sr. SIMÔNIO FREITA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº M-7.934.672, SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.991.726-98, residente e domiciliado na Rua Bento Gonçalves, 509, Bairro Nossa Senhora das Graças, Uberlândia/MG, CEP: 38.402-004;

Tapui-
rama 26 FEV. 2015

☐ José Roberto de Fátima P.
☐ Bel. Jefferson
☐ Letícia R.
☒ Maycon

Selo de Autenticação
AUTENTICAÇÃO
LJ6 29611

Página 1 de 11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5417645 em 25/11/2014 da Empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA, Nire 31204650262 e protocolo 147872367 - 25/11/2014. Autenticação: 2A45BDD13D36D4854B682A5FA10C6DF3C9BD5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/787.236-7 e o código de segurança qEtB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/12

3
12

Comercial de Minas Gerais sob o nº 3120465026-2, em 11/04/1995 e a última alteração contratual registrada em 14/10/2014 sob o nº 5391710;

Têm entre si, de comum acordo, ajustada a presente alteração contratual, dentro das condições estipuladas e estabelecidas nas cláusulas a seguir transcritas, com obediência à legislação pertinente, que se obrigam a cumprir e respeitar.

I - ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

1.1. Aprovam os Sócios Quotistas, à unanimidade, pela inclusão da atividade de operação de cartão de débito no objeto social.

1.2. Em razão da mudança do objeto social, aprovam os Sócios Quotistas, à unanimidade, a nova redação da Cláusula II do Contrato Social, que passa a ser a seguinte:

"II – Do objeto Social

A sociedade tem como objeto:

1. Prestação de Serviços de Administração através de cartão magnético de:

1.1 Benefícios previstos pelo PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador):

1.1.1. Alimentação;

1.1.2. Refeição;

1.2. Convênio;

1.3. Combustível e Abastecimento;

1.4. Private;

1.5. Controle e Gestão de Frota;

1.6. Controle e Gestão de Manutenção de Frota;

1.7. Gestão de Fretes.

2. Prestação de serviços especializados:

2.1. Serviço de monitoramento e rastreamento de veículos e bens;

2.2. Gestão e controle de frotas e equipamentos;

3. Locação de pessoal associada à gestão de frotas, fretes, monitoramento, rastreamento e manutenção.

Tapuira Cartório de Paz e Notas
Praça Saíd Jorge Nº 105
CEP 38417-000-TAPUIRAMA-MG
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado de que dou fé.

Tapui-
rama 26 FEV. 2015

☐ José Roberto de Fátima Rangel
☐ Bel. Jefferson Resende
☐ Leticia
☐ Maycin



Página 2 de 11

4. Operação de Cartão de Débito.

PARÁGRAFO ÚNICO: a empresa é detentora dos direitos sobre a marca Valecard e a utilizará na exploração das suas atividades."

II - DA INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. Restam inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Social que não foram afetadas expressamente por esta Alteração do Contrato Social.

2.2. Objetivando incorporar as alterações promovidas através deste instrumento, os quotistas que ora compõem a Sociedade, à unanimidade e de comum acordo, resolvem consolidar as cláusulas contratuais, modificando as atingidas e conservando as inalteradas.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.

I - Da Denominação, da Sede, do Foro e da Filial

A sociedade atua sob a denominação de TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA., com sede, foro e estabelecimento em Uberlândia (MG), Rua Machado de Assis, 904, Centro CEP 38.400-112.

Parágrafo Único. A sociedade mantém filiais nos seguintes endereços:

Filial 01: Foro e estabelecimento em Goiânia, estado de Goiás, à Rua 06, nº 370, sala 502, Setor Oeste, CEP 74.115-070.

Filial 02: Foro e estabelecimento em Belém, estado do Pará, à Travessa Quintino Boicaúva, n. 1.127, 2º. Andar, Ed. Maranata, CEP 66053-240.

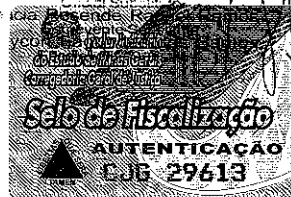
II - Do Objeto Social

A sociedade tem como objeto:

Tapuira Cartório de Paz e Notas
Praça São Jorge N.º 105
CEP 38417-000-TAPUIRAMA-MG
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia reprográfica conforme
o original a mim apresentado de que dou fé.

Tapui-
rama 26 FEV. 2015

☐ José Roberto de Fátima Rangel
Escritor e Tabelião
☐ Bel. Jefferson Resende Rangel
Escritor e Tabelião
☐ da R. Resende Rangel
Escritor e Tabelião
☐ IM



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5417645 em 25/11/2014 da Empresa TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, Nire 31204650262 e protocolo 147872367 - 25/11/2014. Autenticação: 2A45BDD13D36D4854B682A5FA10C6DF3C9BD5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/787.236-7 e o código de segurança qEtb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

5
12

1. Prestação de Serviços de Administração através de cartão magnético de:

1.1 Benefícios previstos pelo PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador):

1.1.1. Alimentação;

1.1.2. Refeição;

1.2. Convênio;

1.3. Combustível e Abastecimento;

1.4. Private;

1.5. Controle e Gestão de Frota;

1.6. Controle e Gestão de Manutenção de Frota;

1.7. Gestão de Fretes.

2. Prestação de serviços especializados:

2.1. Serviço de monitoramento e rastreamento de veículos e bens;

2.2. Gestão e controle de frotas e equipamentos;

3. Locação de pessoal associada à gestão de frotas, fretes, monitoramento, rastreamento e manutenção.

4. Operação de Cartão de Débito.

PARÁGRAFO ÚNICO: a empresa é detentora dos direitos sobre a marca Valecard e a utilizará na exploração das suas atividades.

III – Do Capital Social, Quotas e Atribuições.

O Capital Social é de R\$ 10.044.930,00 (dez milhões quarenta e quatro mil novecentos e trinta reais), representado por 1.004.493 (um milhão, quatro mil, quatrocentas e noventa e três) quotas, no valor unitário de R\$10,00 (dez reais) cada uma delas, assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES	PERC%
Valeinvest Participações e Investimentos S/A	1.004.492	10.044.920,00	99,9999
João Batista Rodrigues	1	10,00	0,0001
Total	1.004.493	10.044.930,00	100

Tapui-
rama 26 FEV. 2015

☐ José Roberto de Fátima Rangel

☐ Getúlio Jefferson Ribeiro

☐ Antônio Carlos de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira

☐ Maria do Carmo de Oliveira



Página 4 de 11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5417645 em 25/11/2014 da Empresa TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, Nire 31204650262 e protocolo 147872367 - 25/11/2014. Autenticação: 2A45BDD13D36D4854B682A5FA10C6DF3C9BD5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/787.236-7 e o código de segurança qEtb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/12

Do Capital social integralizado 1% é atribuído as filiais, totalizando R\$ 100.449,30 (cem mil quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta centavos), da seguinte forma:

	QUOTAS	VALORES	PERC%
Filial 01	5.022	50.224,65	0,50
Filial 02	5.022	50.224,65	0,50

IV - Da Responsabilidade dos Sócios

I - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social se for o caso.

Parágrafo Único: As quotas do capital desta sociedade não podem ser utilizadas pelos sócios para garantir obrigação destes ante terceiros, sendo vedada a penhora das quotas desta sociedade para a garantia de obrigações particulares dos sócios, até porque nenhum estranho será recebido compulsoriamente neste ambiente social sem a concordância de todos os sócios. Esta vedação impede também a inclusão de sócios por arrematação de quotas em hasta pública, por adjudicação judicial ou por decorrência de execuções ou qualquer processo judicial contra sócios ou a própria sociedade.

II - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o Artigo 1054 c/c o Artigo 997, VIII, do Código Civil, Lei nº 10.406/2002.

V - Do Prazo e Início de Atividades

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e o início das atividades se deu em 01/05/1995.

VI - Da Dissensão

A Dissensão entre os quotistas não será motivo para a dissolução litigiosa da sociedade sempre que um quotista tenha condição de adquirir a parte do quotista dissidente, segundo balanço e forma prevista neste instrumento.

VII - Do Falecimento

Tapui-
rama Cartório de Paz e Notas
Praça Said Jorge Nº 105
CEP 38417-000-TAPUIRAMA-MG
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia reprográfica conforme
o original a mim apresentado de que dou fé.

Tapui-rama 26 FEV. 2015



Página 5 de 11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5417645 em 25/11/2014 da Empresa TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, Nire 31204650262 e protocolo 147872367 - 25/11/2014. Autenticação: 2A45BDD13D36D4854B682A5FA10C6DF3C9BD5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/787.236-7 e o código de segurança qEtb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

O falecimento de qualquer um dos sócios, não dissolverá a sociedade, podendo a mesma continuar com a nomeação do (a) viúvo (a), ou na falta, ser nomeado (a) um (a) filho (a) maior do falecido que o representará na sociedade, porém sem direito ao uso da denominação social e, não convindo à sociedade seja pelos sócios remanescentes, seja pelo sócio nomeado, os haveres daquele ou destes, serão pagos de conformidade com a cláusula VIII do presente instrumento.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio; art. 1028 e art.1031 da Lei 10.406-02).

VIII - Da Retirada de Sócio

Os haveres do sócio que pretenda se retirar ou de quem o represente na sociedade, serão calculados por balanço que se procederá ao final do prazo constante da Cláusula seguinte (IX), os quais serão pagos em 04 (quatro) parcelas trimestrais, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano, sendo a primeira parcela vencível em 03(três) meses após o citado balanço.

IX – Do Aviso de Retirada de Sócio

O sócio que pretenda retirar-se da sociedade deve comunicar por escrito, com antecedência de 02 (dois) meses, ficando esse prazo reduzido para 01 (um) mês, caso a pretensão de retirada seja do nomeado de algum sócio pré-morto.

X - Da Cessão de Quotas

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda formalizando, se realiza cessão delas, a alteração contratual pertinente.

XI - Da Criação e Existência de Filiais

Tapuírama Cartório de Paz e Notas
Praça Saíd Jorge N° 105
CEP 38417-000-TAPUIRAMA-MG
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia reprográfica conforme
o original a mim apresentado de que dou fé.

Tapuírama 26 FEV. 2015

☐ José Roberto de Almeida
Escrivão
☐ Bel Jefferson
Oficial
☐ Leticia Resendes
Escrivão
☒ Maycon Fagundes dos Santos
Escrivente



Os quotistas poderão criar ou suprir filiais, escritórios, sucursais, agências ou representantes em qualquer localidade do país.

XII - Da Administração

A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pelos Sócios Quotistas, composta por até 04 (quatro) membros, sócio(s) ou não sócio(s), investidos em termos apartados, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos e destituíveis a qualquer tempo, sendo designados: (a) Diretor Presidente; (b) Diretor Administrativo e Financeiro; (c) Diretor de Produtos e (d) Diretor de Planejamento e Gestão.

I - Compete ao Diretor Presidente a responsabilidade pela representação geral da Sociedade; pela administração executiva dos negócios sociais, pela condução, orientação, fiscalização e coordenação das operações comerciais, pelo desenvolvimento e administração tecnológica, comercial e de mercado, bem como pela definição de políticas, diretrizes e estratégias comerciais;

II - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro a responsabilidade pela direção, supervisão, fiscalização e coordenação das operações e atividades administrativas e financeiras da Sociedade; e o estímulo à implementação e supervisão das atividades relacionadas à segurança dos processos operacionais;

III - Compete ao Diretor de Produtos a responsabilidade pela busca de oportunidades, pesquisas de mercado, análise das necessidades dos clientes, mapeamento de processos, entre outras atividades que visem o desenvolvimento de novos produtos, e também a melhoria/evolução dos já existentes, bem como o apoio na implementação e resolução de problemas operacionais que se relacionem aos produtos ofertados pela Sociedade; e

IV - Compete ao Diretor de Planejamento e Gestão a responsabilidade pela implementação da estratégia empresarial por meio de planejamento, gestão, estudos de viabilidade e acompanhamento a fim de assegurar que as operações da Sociedade sejam realizadas em conformidade com as normas ditadas pelos órgãos reguladores, pela lei e documentos societários, no interesse da Sociedade; controlar os projetos aprovados e oferecer suporte às áreas envolvidas; e elaborar e controlar relatórios de resultados e indicadores de performance.

Página 7 de 11

Tapuírama Cartório de Paz e Notas

Praca Said Jose de Paiva

CEP 38417-000-TAPUIRAMA

AUTENTICAÇÃO

Autentico esta cópia reproduzida de acordo com o original a mim apresentado de que trata

Tapuírama 26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015

26 FEV. 2015



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5417645 em 25/11/2014 da Empresa TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, Nire 31204650262 e protocolo 147872367 - 25/11/2014. Autenticação: 2A45BDD13D36D4854B682A5FA10C6DF3C9BD5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/787.236-7 e o código de segurança qEtb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

Parágrafo Primeiro – O(s) Diretor(es)/Administrador(es) designados em ato separado investir-se-á (ão) no cargo mediante assinatura de termo de posse no livro de atas da administração, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo Segundo - Caso o mandato se encerre sem que novo diretor/administrador seja investido no cargo ou sem que haja reeleição do diretor/administrador pelos sócios quotistas, ele permanecerá em seu cargo até a posse de seu substituto ou do ato de reeleição.

Parágrafo Terceiro – A representação da Sociedade será sempre exercida pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor, ou pelos outros 03 (três) Diretores conjuntamente, na forma do Parágrafo Sexto, com os poderes e atribuições que a lei confere aos administradores das Sociedades em geral, cabendo-lhes a representação judicial ou extrajudicial, ativa ou passiva da sociedade.

Parágrafo Quarto – Para a representação da Sociedade, exclusivamente, nas hipóteses abaixo, também será permitida a assinatura isolada de um sócio quotista ou de um procurador com poderes especiais:

- 1) Nos documentos de depósitos bancários;
- 2) Nos endossos em preto de cheques para fins de depósitos em contas bancárias, em nome da sociedade;
- 3) Na correspondência ordinária da sociedade;
- 4) Contratar e despedir funcionários, fixando-lhes a remuneração;
- 5) Na participação das licitações em geral;
- 6) Na nomeação de procurador, especificamente para representar a empresa nas licitações em geral e para assinar os respectivos contratos; e
- 7) Para solicitar certidões, bem como, documentos de cadastro, perante todos os órgãos públicos, autarquias, empresas de economia mista e empresas em geral, nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo Quinto – O Diretor Presidente substitui o Diretor Administrativo e Financeiro, o Diretor de Produtos e o Diretor de Planejamento e Gestão em suas ausências e impedimentos temporários, acumulando as funções próprias e a do diretor substituído;

Tapuira
Placa Said Jorge Nº 105
CEP 38417-005
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado

Tapuira
26 FEV. 2015

- ☐ José Roberto de Faria
- ☐ Bel. Jefferson Resende
- ☐ Leticia Resende
- ☐ Maycon Fagundes



Página 8 de 11

Parágrafo Sexto – Nas ausências e impedimentos do Diretor Presidente, a sociedade será representada, conjuntamente, pelos outros 03 (três) diretores, quais sejam, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Produtos e Diretor de Planejamento e Gestão;

Parágrafo Sétimo – Na hipótese do Parágrafo Quinto, o Diretor Presidente, ainda que acumule as funções próprias e de um diretor substituído, precisará de outro Diretor não substituído, para representar a sociedade.

Parágrafo Oitavo – Aos Diretores/Administradores é vedado fazerem-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhes facultado, nos limites de seus poderes, constituir mandatários para representar a Sociedade, sendo que o procurador apenas representará a sociedade de forma conjunta com o Diretor Presidente ou com outros 02 (dois) Diretores, de acordo com a extensão dos poderes contidos em seu instrumento de mandato.

Parágrafo Nono – Todas as procurações outorgadas pela Sociedade serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor, ou pelos outros 03 (três) Diretores conjuntamente, na forma do Parágrafo Sexto, devendo ser especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar e a duração do respectivo mandato, que, não poderá exceder o final do exercício social em curso, vedado o substabelecimento, sob pena de nulidade, à exceção das procurações outorgadas aos advogados para a defesa dos interesses da Sociedade em juízo (ad judícia), que poderá ser por prazo indeterminado e prever o substabelecimento.

Parágrafo Décimo – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal ao administrador, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

XIII - Do Impedimento de Uso da Denominação Social

Os administradores são investidos de todos os poderes necessários para a prática dos atos de gestão, ficando vedados os avais, fianças ou outras garantias de favor, bem como, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade e ainda o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhos aos objetivos sociais.

XIV - Da Remuneração dos Sócios

Tapuira Cartório de Paz e Notas
Praça São Jorge N° 105
CEP 38417-000-TAPUIRAMA-MG
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia reprográfica conforme
o original e assim apresentado de que dou fé.

Tapui-
rama 2619

☐ José Roberto
Escrivão
☐ Bel. Jefferson
Oficial
☐ Letícia Rosendo
Escrivão
☐ Itaycon Fagundes
Escrivão



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5417645 em 25/11/2014 da Empresa TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, Nire 31204650262 e protocolo 147872367 - 25/11/2014. Autenticação: 2A45BDD13D36D4854B682A5FA10C6DF3C9BD5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/787.236-7 e o código de segurança qEtB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

11
12

Os quotistas ou administradores que prestarem serviços a sociedade, terão a remuneração que periodicamente lhes for fixada de comum acordo, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

XV - Dos Lucros e Perdas e Balanço Mensal e Anual

O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado um balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, cujo resultado será atribuído aos sócios, na proporção do capital social de cada um ou de forma diversa aceita por todos os sócios quotistas. Havendo lucros, tanto poderão ser distribuídos, como retidos para oportuno aumento de capital, a critério dos quotistas. A sociedade poderá realizar:

- 1) Distribuição intermediária de lucros, conforme Lei nº 6.404/76
- 2) Declarar, conforme balanço semestral, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço e levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

Parágrafo Único – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

XVI - Das Alterações Contratuais

Todas e quaisquer alterações contratuais, independentes de sua finalidade, só poderão ser efetuadas com o consentimento e assinatura de todos os quotistas e ou de quem os represente na sociedade.

XVII – Da Declaração de Capacidade para a Administração

O (s) Administrador (es) declara (m), sob as penas da lei, que não está (ao) impedido (s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, ou por crime de falsidade documental.

Tapui-
rama

26 FEV. 2015

- ☐ José Roberto de Fátima Rangel
☐ Bel. Jefferson Resende
☐ Betícia Resende
☐ Maycon F. de Paula Bomfim



Página 10 de 11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5417645 em 25/11/2014 da Empresa TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, Nire 31204650262 e protocolo 147872367 - 25/11/2014. Autenticação: 2A45BDD13D36D4854B682A5FA10C6DF3C9BD5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/787.236-7 e o código de segurança qEtb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/12

contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, Lei 10.406/02).

XVIII – Da Aplicação supletiva da Lei 6.404/76




As omissões do presente Contrato Social, serão resolvidas em conformidade com as normas aplicáveis às sociedades limitadas, previstas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, regendo-se supletivamente pelas normas da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

XIX – Do foro

Fica eleito o foro da comarca de Uberlândia (MG) para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.


Uberlândia – MG, 25 de novembro de 2014.


  

JOÃO BATISTA RODRIGUES

VALEINVEST PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A
João Batista Rodrigues Simônio Freita da Silva

Testemunhas:


Nome: Olívia Leivoto Pereira
CPF: 066 437 296-10


Nome: WELITON VITORIA DE LIMA
CPF: 587.152.646-72



Reconheço por _____ a (s)
Firma(s) supra(s) de _____
por pleno conhecimento, dou fé. Em
testemunho, _____ da veracidade.
Tapuira, _____ de _____ de 2014.
José Roberto de Fátima Rangel (Escrivão de Paz e Tabelião)
Lel. Jefferson Resende Rangel (Oficial Substituto)
Leticia Resende Rangel Ramos (Escrivente Substituto)
Maycon Fagundes dos Santos (Escrivente Substituto)

Tapuira Cartório de Paz e Notas
Praça São Jorge Nº 105
CEP 38417-000-TAPUIRAMA-MG
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia reprográfica conforme
o original a mim apresentado de que dou fé.

Tapuira 26 FEV. 2015



Página 11 de 11